



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 109/2024 - PROJUR

Parecer oriundo do setor de licitações referente ao recurso administrativo apresentado pela empresa KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA, no Processo de Licitação nº 127/2024-PMS, Concorrência nº 45/2024-PMS. Contratação nº 901582024.

1. SÍNTESE DOS FATOS

Solicita o consultante do Setor de Licitações, por meio do despacho nº 20 do Processo Administrativo nº 252/2024, análise do recurso administrativo apresentado pela empresa KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA, no Processo de Licitação nº 127/2024-PMS, Concorrência nº 45/2024-PMS. Contratação nº 901582024.

A recorrente interpôs o presente recurso alegando que teve sua proposta comercial desclassificada devido a mesma constar um item com valor inexequível.

É o relatório.

2. DO PARECER

Primeiramente cabe ressaltar que o recurso administrativo em comento foi interposto em face da decisão do Agente de Contratações, que desclassificou a proposta comercial apresentada pela recorrente.

Cumpridos os requisitos legais, não houve contrarrazões das demais licitantes, tampouco retratação da decisão da autoridade *a quo*, sendo remetidos os autos para análise e parecer jurídicos prévios à decisão da autoridade superior.

Conforme mencionado pelo Agente de Contratações no despacho nº 20, do Processo Administrativo nº 252/2024, *in verbis*:

A empresa apresentou planilha com indícios de inexequibilidade em alguns itens e com preço superior ao permitido em outros, que foram apontados pelo departamento de engenharia
[...]
A empresa recebeu prazo para corrigir a planilha e novamente apresentou com divergências apontadas pelo departamento de engenharia.

Isto posto, passamos a análise do caso.

Segundo o parecer de análise da proposta, realizado pelo Setor de Engenharia, na proposta comercial apresentada pela recorrente consta que:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

[...]

o item 9.1 foi proposto valor acima do orçamento, e o item 1.1 foi proposto valor abaixo do orçamento, considerando-se inexequíveis. Na análise feita em nosso sistema Engegov, devido a estes valores estarem acima dos determinados no edital, o mesmo não permite a importação da planilha da proposta para lançamento futuro de contrato e medições.

[...]

Considerando o parecer emitido pelo setor de engenharia, cabe mencionar que o edital de Concorrência nº 45/2024-PMS, no item nº 6.6.3. e nº 6.6.4. dispõe que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou valores superiores ao estipulado pela Administração, vejamos:

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

[...]

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

E desta forma, estando contida a exigência de forma expressa no instrumento convocatório, ela deve ser imposta a todos os licitantes, pois todos se vinculam ao edital.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021, menciona o princípio da vinculação ao edital no art. 5º, o qual traz que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Sobre esta situação, houve manifestação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de que, as previsões editalícias vinculam, com força de lei, o procedimento licitatório, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA INABILITADA POR NÃO APRESENTAR OS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. DEVER DE OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, INSCULPIDOS, RESPECTIVAMENTE, NO ART. 41 DA LEI 8.666/90 E NO ART. 37, XXI, DA CARTA MAIOR. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À HABILITAÇÃO NO CERTAME. RECURSO DESPROVIDO. "Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame" (AgRg no AREsp 458.436/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014). (TJSC, Mandado de Segurança n. 4001882-22.2019.8.24.0000, da Capital, rel. Francisco Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 19-05-2020). (Grifo nosso).

Ainda:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE XAXIM. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, MERENDEIRA E RECEPCIONISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE. MEDIDA LIMINAR NEGADA. DECISÃO ACERTADA. PROPOSTA QUE ORÇOU A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PATRONAL EM 0,5% SEGUNDO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022. LICITANTE QUE, TODAVIA, NÃO É FILIADA AO SINDICATO DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – SEAC/SC E, ASSIM, A PRINCÍPIO NÃO FAZ JUS ÀQUELA ALÍQUOTA. COTAÇÃO QUE, A PRINCÍPIO, DEVERIA TER OBSERVADO O PERCENTUAL DE 1%. APARENTE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO DESCLASSIFICATÓRIO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ARTS. 3º, CAPUT, E 41, CAPUT, DA LEI N. 8.666/93. RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO QUE NÃO CONCORRE PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR. ART. 7º, INC. III, DA LEI N. 12.016/09. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório abrange a Administração Pública e os licitantes e tem como objetivo resguardar a segurança jurídica, através da manutenção das regras estabelecidas inicialmente até o final da contratação. Como lei interna da licitação, ao edital tudo se vincula. Nem os documentos de habilitação nem as propostas podem ser apresentados em desconformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório, sob pena de inabilitação do concorrente". (TJSC, Apelação Cível n. 2002.017863-8, de Criciúma, rel. Des. Volnei Carlin, Primeira Câmara de Direito Público, j. 10.10.02).

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 5019435-94.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 21-09-2021). (grifo nosso).

Ainda, imperioso destacar que conforme mencionado pelo Agente de Contratações, a recorrente teve a oportunidade de adequar a planilha de sua proposta comercial a fim de corrigir os apontamentos realizados pelo setor de engenharia, contudo, novamente à apresentou com divergências apontadas pelo departamento de engenharia.

Portanto, caso o Agente de Contratações tivesse ignorado a regra prevista no instrumento convocatório, aí sim ter-se-ia irregularidade procedimental, não apenas por ofensa ao princípio da legalidade, mas também por desrespeito ao princípio da igualdade.

Desta forma, em obediência ao princípio da legalidade, da vinculação ao edital, bem como os demais princípios correlatos sugere-se pela manutenção da decisão do Agente de Contratações em desclassificar a proposta comercial apresentada pela empresa KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA no presente processo licitatório.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do recurso administrativo apresentado pela empresa **KAVA PINTURAS EM GERAL LTDA**, e quanto ao mérito, **SUGERE** pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Schroeder (SC), 25 de setembro de 2024.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES

Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105